

Segurados buscam formas de reduzir custos

Aumento para siderurgia foi, em média, de 188%, e para a área de telefonia de 103%, segundo pesquisa do IRB

Luiz Fernando Manso
do Rio

Quem não tem a opção de fazer o resseguro no Brasil, como é o caso das grandes empresas, como Petrobras, usinas e siderúrgicas, tenta reduzir os custos do seguro mostrando às resseguradoras internacionais que está cumprindo as determinações das auditorias feitas por elas nas unidades.

“Estamos desenvolvendo um trabalho muito forte de SMS. Quere-mos mostrar a elas (as resseguradoras) que nossas unidades estão sendo muito bem cuidadas, e que isso faz a diferença”, conta Gustavo Tardin, gerente executivo de Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos da **Petrobras**, que em 2001 viu o preço do seguro saltar 380% por causa dos atentados nos Estados Unidos.

Outra opção que está sendo testada é a atuação em grupo. Henrique Sarmento, gerente de risco da **Coelba Celpe** e **Cosern**, articula uma negociação em conjunto de 13 empresas do setor elétrico junto ao IRB. O primeiro passo nessa direção será a unificação das datas das apólices.

“Também estamos fazendo encontros para mostrar o que cada empresa tem de melhor e passar isso para as outras”, explica, Sarmento, ressaltando que este ano o mercado está tão difícil para as empresas que prêmios e franquias estão subindo. “Nor-

malmente quando o valor do prêmio sobe, o da franquia desce, mas este ano os dois aumentaram muito”.

Eduardo Marques, da **Marsh Corretora de Seguros**, concorda. Segundo ele, algumas empresas tiveram que arcar com aumentos inimagináveis há algum tempo. “Em alguns casos a franquia aumentou de R\$ 100 mil para R\$ 2 milhões”, conta.

Para ele, a estratégia de negociar em conjunto tem vantagens e desvantagens, que devem ser bem avaliadas antes da tomada de decisão.

“As vantagens são o maior poder de negociação e a diluição os pontos negativos de cada companhia. Esse esquema funciona bem quando tudo vai bem. A desvantagem é que no caso de um sinistro brutal

de uma empresa, as outras que estiverem no grupo possivelmente não vão querer arcar com os custos. Esse tipo de negociação tem que ser muito bem amarrado”.

Uma outra alternativa que vem sendo adotada pelas grandes empresas é excluir da apólice algumas coberturas consideradas menos importantes. “Dependendo da empresa, uma cobertura para alagamento não é tão necessária quanto uma para incêndio, ou para queda de avião. Esse caminho tem sido muito usado pelas grandes companhias”, revela.

Segundo o levantamento feito pelo **IRB Brasil Re**, depois da si-

derurgia, com um aumento de 188% em média no valor de risco de propriedade, a área de telefonia, com 103%, foi a mais visada. A seguir vieram o setor têxtil, com 100% de variação, petroquímica, com 94%, papel e celulose com 79% e energia com 48%.

Este ano, a despesa da Petrobras com o seguro de suas instalações (property e off shore) cresceu 30%, passando de R\$ 35,9 milhões para R\$ 46,5 milhões. A estatal de petróleo não é a única a sofrer, como mostrou a pesquisa do IRB.

A alta ainda é reflexo dos atentados ocorridos em setembro do ano passado e da sensível piora do mercado de seguros nos últimos meses. A crise financeira nos Estados Unidos, com as bolsas despencando, também tem contribuí-

do para a elevação tanto dos prêmios quanto das franquias das grandes empresas. O pior, segundo executivos do setor, é que ainda não é possível dizer quando a situação vai começar a melhorar. As seguradoras internacionais tiveram um prejuízo US\$ 70 bilhões com o World Trade Center, isso fez a capacidade operacional delas diminuir muito”, lembra Marques, da Marsh.

Para Antônio Novaes, diretor de Planejamento do IRB-Brasil Re, o mercado passa por um grande reajuste técnico, que teve início bem antes dos atentados ocorridos em setembro de 2001. “Os atentados provocaram uma subida abrupta. Mas o ajuste já tinha começado no início do ano passado. O que aconteceu depois do World Trade Cen-

ter é que ficou difícil, quase impossível, prever o acúmulo de risco com o terror. Antes era possível imaginar, por exemplo, o prejuízo de um acidente nuclear em uma usina. Para riscos deste porte, as empresas costumam fazer pools por países e trocam negócios entre si. Só que com o terrorismo em grande escala, podem acontecer explosões simultâneas em quatro usinas. Este é o problema atual”, explica Novaes.

O IRB, cuja privatização foi interrompida por causa de uma Ação de Inconstitucionalidade do PT no Supremo Tribunal Federal, que ainda não votou se aceita ou não os argumentos do partido, tem tentado evitar que as empresas brasileiras paguem as taxas abusivas cobradas no exterior.